

CAPA
COREL DRAW

ANÚNCIO

SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 224 9394
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE)

Coordenadores de

Administração e Finanças

Beliro José Leão Neto (STJ)
Clede de Oliveira Vieira (TRT)
Edilson Franklin Medeiros (TST)

Coordenadores de Assuntos

Jurídicos e Trabalhistas

Antônio Francisco Machado Costa (MPM)
Jailton Manguera Assis (TJDFT)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDFT)

Coordenadores de Formação

e Relações Sindicais

Ademário Oliveira Nogueira Filho (TJDFT)
Nilton José Cordeiro Monteiro (TJDFT)
Thayanne Fonseca Pirangi Soares (TSE)

Coordenadores de

Comunicação, Cultura e Lazer

Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)
Welton Ferreira Damasceno (TJDFT)

Redator e editor responsável

Antônio Carlos Queiroz
Reg. Prof. DF 00645 JP

Colaboradora

Cynthia de Lacerda Borges

Projeto Gráfico

Extrema Comunicação - 3033-5255

Impressão

ArtGraf

Tiragem

10.000 exemplares

O Poder Judiciário precisa se republicanizar

Está passando da hora de o País conhecer o seu Poder Judiciário. A sociedade tem o direito de conhecer as entranhas de sua Justiça, seus custos, sua eficácia, sua eficiência. Até mais do que os outros poderes, a Justiça tem de se abrir, ser transparente. Infelizmente, ao tentar atender a essa legítima demanda republicana, a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça apenas provocou polêmica e deixou a impressão de que são fortes os setores que pretendem controlar o Judiciário, não para democratizá-lo, mas para que seja um instrumento a serviço de interesses econômicos.

O diagnóstico divulgado pela Secretaria está repleto de erros factuais, resultado de uma metodologia que não reflete a realidade do País. Mais graves ainda são as conclusões retiradas desses dados distorcidos e a principal delas é que a Justiça brasileira é cara. Essa conclusão, baseada em parâmetros estabelecidos pelo Banco Mundial, induz à idéia de que é preciso encontrar-se alternativas, evidentemente privadas, para a solução dos conflitos.

Em nota de esclarecimento, a Secretaria defendeu-se, alegando que os dados publicados foram obtidos a partir da resposta a questionários enviados aos Tribunais, bem como de consultas ao Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (na página eletrônica do STF) e às páginas eletrônicas oficiais do Conselho de Justiça federal e dos Tribunais. Mas a desconfiança aumentou quando se revelou que a pesquisa, encomendada à Fundação Getúlio Vargas, foi financiada pelo Banco Mundial, que, sabidamente, é a instituição que mais trabalha para que o Brasil adote uma reforma do Judiciário para facilitar as transações do capital financeiro no País.

A própria Secretaria, aliás, anunciou que os dados sobre as despesas do Judiciário foram obtidos junto ao Banco Mundial.

Entre os erros mais clamorosos do diagnóstico está a exclusão dos dados sobre os processos e sentenças dos Juizados Especiais, que "altera os índices de produtividade dos juízes, custos dos processos judiciais e estoque anual de processos", como reconheceu a própria Secretaria.

O documento cita de maneira incorreta o número das novas varas criadas pela Lei 10.772/2003 (500 em vez das 183 efetivamente criadas, mas nem todas ainda instaladas, desconsidera os dados sobre a movimentação processual no âmbito da Justiça do Trabalho, e distorce os dados sobre a produtividade dos servidores do Judiciário.

Diante da repercussão do diagnóstico feito pelo Ministério da Justiça, os presidentes dos principais tribunais do País se comprometeram a elaborar o seu próprio diagnóstico. Embora tardia, a iniciativa deve ser saudada com entusiasmo.

Tomara que este diagnóstico seja suficientemente abrangente e transparente, a começar por sua metodologia, para que se afaste a idéia de que esse Poder é uma caixa-preta, avessa ao sistema republicano dos freios e contrapesos.

Um diagnóstico completo, fidedigno, servirá também para nortear o debate de uma verdadeira reforma do Judiciário, que o democratize e o torne mais próximo do povo brasileiro. ■





José Geraldo de Souza Júnior

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado da Rua"

Atividade jornalística e liberdade de imprensa

Poucos assuntos tiveram tanta repercussão nos meios de comunicação quanto a iniciativa de criação de um Conselho Federal de Jornalismo. Impressionam, sobretudo, os editoriais dos grandes veículos de comunicação - televisões e jornais - refratários à proposta, sob o argumento de que ela viola o princípio da liberdade

de imprensa e afeta o controle da atividade do jornalismo.

Já por aí soa paradoxal os grandes proprietários dos meios de comunicação saírem em defesa da liberdade de imprensa quando o que se põe em causa, acertada ou desastrosamente, é a questão da organização da profissão, da defesa de suas prerrogativas e da auto-fiscalização da atividade jornalística.

Entretanto, ao debate acudiram também importantes e altas vozes da tradição jornalística liberal, entre eles Alberto Dines, Jânio de Freitas, Élio Gaspari; e representantes da vetusta ABI, a Associação Brasileira de Imprensa, apontando para uma imprópria associação entre o governo e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), tornando, em consequência ilegítima a iniciativa.

As coisas estariam se passando, para lembrar conhecida crítica de Marx (*Debates sobre a Liberdade de Imprensa e Comunicação*, em *A Liberdade de Imprensa*, L&PM Editores, Porto Alegre, 1980), num crescendo de restrições à liberdade como prova irrefutável de que os governantes foram convencidos de que a liberdade deve ser restringida.

Alguns comentários até se preocuparam com o desfocamento da questão, mostrando o maniqueísmo que acabou resultando do acirramento de posições (Luiz Gonzaga Motta, *Além do Maniqueísmo*, [http://www.unb.br/acs/artigos/at0804-](http://www.unb.br/acs/artigos/at0804-04.htm)

04.htm, acesso em 17/8/2004), a ponto de se perder de vista a dimensão republicana do debate, uma vez que "o jornalismo é um espaço público, não pertence a governos nem deve ter donos. Pertence à sociedade".

Se é assim, é importante amplificar o debate público, valorizando o espaço representativo e parlamentar. Com a promulgação da Constituição de 1988, o Congresso se tornou um lugar forte de discussão. Atualmente, aliás, com a incorporação ao processo legislativo de instrumentos de participação popular, este espaço qualificou-se como efetiva esfera pública ganhando contornos mais democráticos. Mas é importante também manter a discussão no território plural da sociedade civil, de onde têm surgido formas criativas de organização social para salvaguardar estratégias coletivas de atuação e de protagonismo associativo.

Conselhos, associações, sindicatos, para lembrar outro comentário (Luiz Martins, *Ponto Crítico/Você é a Favor da Criação do Conselho Federal de Jornalismo?*, *Correio Braziliense*, 15/8/2004, pág. 2) se formam em todo o mundo e não tem sido o modo de organização o determinante do caráter mais livre ou mais restringido de atuação profissional. Os advogados, por exemplo, vivem experiência centenária, primeiro no Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), em 1843, e depois no Conselho Fe-

deral da Ordem dos Advogados do Brasil, 1930, de irrepreensível e autônoma salvaguarda de atuação profissional e promoção, com exclusividade, da representação, da defesa e da seleção e disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil. Nem suas contas são fiscalizadas pelo poder público, apesar dos esforços atuais que o Tribunal de Contas da União vem fazendo para submeter a entidade a esse controle.

Controles sociais não são estranhos em um mundo impulsionado por acelerados processos de globalização, com racionalidades afetadas por demandas regulatórias inéditas e por complexas formas de interação, no plano dos valores, da produção, dos processos democráticos e de garantia dos direitos específicos dos profissionais de comunicação (Edílson Farias, *Liberdade de Expressão e Comunicação*, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2004; Noemi Mendes Siqueira Ferrigolo, *Liberdade de Expressão e Direito na Sociedade de Informação: Mídia, Globalização e Regulação*, Editora Píllares, São Paulo, 2004).

O problema é colocar o debate em foco. Sem perder de vista a pré-condição de sua realização: a definição, em esfera pública, de políticas democráticas para o controle da propriedade dos meios de comunicação social, seus efeitos no exercício profissional e seus impactos no direito à informação. ■

Controles sociais não são estranhos em um mundo impulsionado por acelerados processos de globalização, com racionalidades afetadas por demandas regulatórias inéditas e por complexas formas de interação, no plano dos valores, da produção, dos processos democráticos e de garantia dos direitos específicos dos profissionais de comunicação

Balanço do trabalho da Comissão Interdisciplinar do Judiciário

As reuniões da Comissão foram iniciadas em maio e deverão ser encerradas no dia 17 de setembro, definindo a proposta para o novo Plano de Carreira a ser encaminhada ao Congresso Nacional

As discussões realizadas pela Comissão Interdisciplinar sobre o novo Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário estão chegando ao fim, mas ainda há muito o que ser definido até o dia 17 de setembro, prazo para a finalização dos trabalhos.

Como a comissão é formada por representantes de todos os tribunais superiores e do TJDF, do Conselho de Justiça Federal, do Sindjus e da Fenajufe, uma das dificuldades consiste na obtenção de consenso em torno de pontos muito polêmicos do anteprojeto. Por isso é comum que um mesmo tema seja debatido várias reuniões devido às diferentes realidades de cada órgão.

A instalação da Comissão Interdisciplinar do Judiciário só foi possível graças às reivindica-

ções do Sindjus que, após realizar diversas mobilizações e assembleias setoriais com os servidores, constatou a necessidade da formação de um grupo composto por representantes de todos os órgãos do Judiciário para definir o novo Plano de Carreira.

“Temos participado das reuniões e procurado mostrar aos representantes dos tribunais a importância de se fechar uma minuta que atenda às reivindicações dos servidores do Judiciário, tanto com relação à estruturação da carreira quanto em relação à remuneração. Queremos atribuir à nossa categoria salários iguais aos de carreiras dos outros poderes, que têm o mesmo nível de complexidade e responsabilidade”, afirma o representante do Sindjus na Comissão, Roberto Policarpo.

As sugestões apresentadas pelo sindicato à Comissão foram colhidas durante um amplo processo de consulta à categoria. Houve debates com o Conselho de Delegados Sindicais e com os

servidores, em 20 assembleias setoriais. Muitas contribuições chegaram através de enquetes anunciadas na página eletrônica da entidade, pelo correio eletrônico e por carta.

A Fenajufe também criou um grupo de trabalho que recebeu sugestões de servidores de todo o País. Na avaliação do representante da Fenajufe, na comissão, Ramiro López, essa comissão conseguiu diversos avanços em relação ao Plano de Carreira anterior: “Entre eles, a exclusividade das funções comissionadas para os servidores (100% das funções para os servidores da carreira judiciária) e a garantia de que 80% dessas funções serão para servidores do órgão”, destaca Ramiro.

Até o momento, os membros da Comissão se reuniram 32 vezes. Isso demonstra que o que foi decidido terá sido resultado de muita discussão. As reuniões são realizadas duas vezes por semana e contam com a presença de representantes do STF, TSE, STJ, CJF, STM, TST, TJDF, Sindjus e da

Fenajufe.

Embora o prazo para o encerramento dos trabalhos esteja marcado para o dia 17 de setembro, muitas mudanças ainda poderão ser incorporadas no anteprojeto. Na reestruturação feita em 2000, uma comissão discutiu e apresentou a proposta ao diretor geral do STF, que, depois de discutida no Poder Judiciário, sofreu pequenas modificações. A dotação orçamentária específica da proposta foi analisada pelo Executivo. Posteriormente, alguns artigos do projeto foram alterados pelo Legislativo. “Assim como as administrações dos tribunais, as autoridades do Ministério do Planejamento, a Casa Civil e os parlamentares poderão tentar modificar o que foi aprovado pela Comissão, também estaremos atentos para melhorar alguns itens. Para isso faremos o acompanhamento da matéria por onde ela tramitar, a fim de evitar que possíveis mudanças possam trazer retrocessos para os servidores”, afirma Policarpo.

Avanços e dificuldades

O Jornal do Sindjus perguntou aos representantes dos tribunais na Comissão o que é que eles consideram como avanços na proposta e quais os temas que apresentaram maior dificuldade em sua elaboração



João Botelho, CJF

Considero como avanços a exigência de habilidades gerenciais para o exercício de cargos em comissão e funções comissionadas de natureza gerencial (direção e chefia) e a valorização do servidor na carreira com a instituição do adicional de qualificação para os possuidores de cursos de pós-graduação. A maior dificuldade foi a classificação e definição dos cargos na carreira, tendo em vista a sua complexidade e as peculiaridades de cada órgão.



Simone Martinazzo Bottin, TSTO

O estímulo e o reconhecimento da necessidade de capacitação dos servidores foram os maiores avanços. A cada dia procuramos ajustar o plano, preocupados com o aprimoramento contínuo dos servidores do Judiciário. A maior dificuldade foi encontrar a uniformidade para a proposta. Os tribunais superiores têm uma realidade, os de 1ª instância têm outra, mas isso é um ponto que está sendo trabalhado.



Amarildo Oliveira, STF

Os maiores avanços foram a previsão do adicional de qualificação e a disponibilização de instrumentos que facilitarão a capacitação permanente dos servidores. É importante ressaltar que estamos tentando uniformizar o tratamento que hoje é dispensado aos oficiais de Justiça, além de oferecer mecanismos para a revitalização da área de segurança judiciária. As maiores dificuldades dizem respeito ao desafio de encontrar alternativas que contemplem as múltiplas realidades existentes no Poder Judiciário, adequando nossas propostas à realidade orçamentária dos vários órgãos.



Ana Cristina Pimentel, STM

O maior avanço é que a proposta não está voltada tão-somente, para a questão financeira, mas preocupada também com o desenvolvimento do servidor na carreira, estimulando sua qualificação profissional. Inúmeras dificuldades foram e estão sendo enfrentadas pela Comissão Interdisciplinar, especialmente no tocante às situações relacionadas com as peculiaridades de cada órgão. As atribuições dos cargos seriam um dos pontos que julgamos mais polêmicos.



Jean Carlo Oliveira, STJ

A criação do adicional de qualificação, bem como a exigência de qualificação para os gerentes (curso superior e cursos de desenvolvimento gerencial). Como dificuldades eu cito, além da limitação orçamentária, um obstáculo imposto a todas as discussões de plano de carreira, a disparidade de realidades dos diversos ramos e níveis do Poder Judiciário. Esse é um elemento complicador, que termina por exigir um grande esforço para conciliar e unificar a proposta, sem deixar de perceber e considerar as diferenças entre os órgãos.



Charleston Coutinho, TJDF

O fato de os tribunais estarem reunidos para debater o desenvolvimento da carreira, o que não ocorreu no outro plano, é o maior avanço. Isso prova a instituição de uma nova política de recursos humanos. A maior dificuldade foi a falta de um diagnóstico da situação dos servidores do Judiciário em todo País, que seria muito importante para a definição da carreira.



Marco André, TSE

A busca e a preocupação da Comissão com a carreira, com a valorização do servidor. A grande dificuldade foi justamente selecionar, dentre tantos meios, formas e possibilidades, os mais adequados.

Posição da Comissão em relação a três propostas do Sindjus

um

Gratificação por atividade de risco

O Sindjus defende a criação de uma gratificação (ou adicional) por efetiva atividade de risco para os oficiais de Justiça e para os agentes de segurança. Até o momento, a maioria dos membros da Comissão concordou com a criação dessa gratificação para os oficiais de Justiça.

dois

Adicional de qualificação

Decisão de interesse de todos os servidores do Judiciário foi a criação de um Adicional de Qualificação (AQ) para ocupantes dos cargos de analista e técnico que tenham diplomas, títulos ou certificados de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, em áreas de interesse dos órgãos. Além disso, poderá ser concedida a licença, de até quatro anos, aos servidores que precisarem fazer esses cursos em outros Estados, sem prejuízo da remuneração do seu cargo efetivo. Apesar da insistência do Sindjus e da Fenajufe, infelizmente a Comissão decidiu, pela diferença de apenas um voto, que os aposentados não deverão receber o AQ.

três

Atribuições

Após muitos debates, a Comissão decidiu propor a inclusão na lei das atribuições dos cargos de analista e de técnico judiciário. Também foi mantida a descrição das especialidades. "A idéia da uniformidade é criar algo padronizado, ainda que haja atribuições diferentes em cada órgão", defendeu o diretor do Sindjus. No fim, a Comissão concordou que as especialidades comuns devem constar da lei, não limitando a possibilidade de serem criadas novas especialidades conforme as necessidades e peculiaridades de cada órgão.



José Jeronimo Bezerra de Souza

“Temos nos aberto para o povo”

Presidente explica os motivos que levaram o TJDF a ser classificado como o segundo melhor do País



Focus

Jornal do Sindjus – Qual é a situação do Judiciário no Distrito Federal? Gostaríamos que o senhor falasse sobre os problemas e sobre as soluções que a Justiça brasileira tem encontrado para atender a população do DF.

José Jeronimo – De acordo com o diagnóstico do Ministério da Justiça, o Judiciário do Distrito Federal está em situação boa. Das ações que deram entrada no ano passado, 89% foram julgadas. É um índice de aproveitamento muito grande. Outra coisa favorável à Justiça do Distrito Federal, é que ela é a mais informatizada do País. Temos um computador para cada funcionário e o nosso parque informático tem se mantido atualizado. São dados que favorecem a agilização da prestação jurisdicional. Outro dado é que temos o projeto de vídeo conferência, pelo qual o juiz da vara de execuções criminais ouve os presos à distância, evitando os deslocamentos, as escoltas, com economia de despesas. Outra de nossas preocupações é levar a Justiça para junto da população. A nossa meta é colocar um Fórum em cada região administrativa. A experiência que temos é de que o Fórum eleva o grau, o nível de cidadania da população, que deixa de se sentir marginalizada. A chegada do Fórum traz con-

sigo o juiz, o promotor, o defensor público, a Ordem dos Advogados, os cartórios extra-judiciais. Tudo isso leva o cidadão a não se sentir tão marginalizado. O Estado está presente, se faz árbitro dos conflitos, está ali para dizer: “Estou presente, se precisar de mim, me procurem”.

Jornal do Sindjus – Quantos juízes tem o TJDF?

José Jeronimo – Temos 300 magistrados de primeiro e segundo grau para uma população de 2,2 milhões. Um juiz para cada 7.300 pessoas. É um índice bom.

Jornal do Sindjus – Mas os juízes têm que julgar muitos processos por ano.

José Jeronimo – A carga é pesada, mas é suportável. Apesar de trabalharmos muito, o nosso índice de aproveitamento é de 89%, é um índice bom. No Brasil, somos suplantados só pela Paraíba, que um Estado pequeno. Em termos de recursos humanos e materiais, estamos numa situação boa. Para não vê-la deteriorada, até a curto prazo, mandamos para o Congresso um projeto de lei propondo uma nova organização judiciária do Distrito Federal. Sem nenhum exagero, propomos, para não onerarmos as contas públicas da União, um planejamento estratégico de 10 anos. São projeções para que a nossa Justiça atenda bem a população do DF, ao longo de 10 anos, com a implanta-

ção de uma série de medidas: construção de fóruns, aumento do número de varas, contratação de servidores com os respectivos concursos etc.

Jornal do Sindjus – O senhor acha que até o final do seu mandato esses fóruns serão implementados?

José Jeronimo – Eu espero que até o final do meu mandato, nós consigamos. Antes disso, temos que aprovar o projeto da nova lei de organização judiciária. Se o projeto for aprovado ainda este ano, no final do ano já poderíamos instalar uma série de novas varas e uma série de serviços que estão dependendo de recursos materiais e humanos.

Jornal do Sindjus – Uma das críticas que a gente faz ao diagnóstico da Secretaria de Reforma do Judiciário foi a tentativa de considerar negativo o aumento das demandas. Em nossa avaliação, parte desse aumento foi devida à abertura democrática, à possibilidade de as pessoas reclamarem seus direitos de consumidor etc.

José Jeronimo – Vocês têm razão. O aumento da demanda tem uma leitura positiva que o diagnóstico não fez. Esse aumento significa que o cidadão brasileiro está mais consciente dos seus direitos e está lutando por eles. É um indicio de que a cidadania está crescendo. O dado

Nesta entrevista exclusiva ao *Jornal do Sindjus*, o presidente do TJDF, desembargador José Jeronimo Bezerra de Souza, discorre sobre a boa posição que o Tribunal teve no diagnóstico do Judiciário elaborado pelo Ministério da Justiça, e sobre as iniciativas que o TJDF tem tomado para se aproximar da população do Distrito Federal. Paulista, 68 anos, José Jeronimo conhece bem os problemas da capital federal. Desde que foi nomeado, em 1975, como juiz de Direito substituto da Justiça do DF, ele já foi titular da 6ª Vara Cível, integrante da 1ª Vara Cível, titular da Vara de Execuções Criminais, e titular da 4ª Vara Cível. Nomeado desembargador em 1991, foi corregedor do TJDF e também presidente do Tribunal Regional Eleitoral do DF.

negativo é que esse aumento, pegando um judiciário desaparelhado, provoca a demora nos julgamentos, a frustração das expectativas da população. Outro dado frustrante é que, como o diagnóstico deixa claro, 59% dos demandantes em todas as instâncias é o Estado, em nível federal, estadual e municipal. Por quê? Porque o Estado não está cumprindo a Constituição, não está cumprindo a lei, não está cumprindo os seus contratos. Não está dando cabo, de maneira eficiente, a sua missão. O Estado existe com a finalidade de assegurar a segurança, educação, saneamento, infraestrutura, estabilidade jurídica. Quando o Estado falha, ele acaba sendo um demandante da Justiça.

Jornal do Sindjus – E como é que se resolve isso?

José Jeronimo – Tinha que haver uma mudança radical da postura daqueles que detêm o poder Estatal no sentido de dizerem o seguinte: “Eu cobro, exijo do cidadão o cumprimento das suas obrigações fiscais, tributárias e contratuais. Em compensação, o cidadão tem o direito de exigir que eu faça a mesma coisa”. É o princípio da isonomia. O Estado, mais do que o cidadão, tem a obrigação de dar o bom exemplo.

Jornal do Sindjus – O Estado age, muitas vezes, para protelar as decisões judiciais. Não seria necessário, também por parte do Judiciário, adotar uma nova postura contra esses recursos meramente protelatórios?

José Jeronimo - Com certeza, mas há um obstáculo muito grande. É que esses recursos são resultado de leis processuais. E o Estado tem uma série de privilégios, prazos dilatados em dobro, quádruplo, vista pessoal dos autos, proibição de se conceder liminares etc. Uma série de privilégios processuais que o par-

ticular não tem. O cidadão já entra em disputa com o Estado em situação de desvantagem processual muito grande.

Jornal do Sindjus – A sociedade conhece muito pouco o Judiciário, seu funcionamento e suas limitações. Mas também existe, por parte do Judiciário, um distanciamento. Como é que o TJDFT poderia contribuir para que a sociedade conheça melhor o Judiciário?

José Jeronimo – Durante muitas décadas, o Judiciário esteve muito distanciado do povo, enclausurado, encastelado, majestático. Mas isso acabou. O Judiciário moderno, principalmente de uns 15, 10 anos para cá, mudou totalmente a sua postura no sentido de abrir-se para o povo. Nós temos nos aberto para o povo por meio de muitas iniciativas. Aqui no Distrito Federal, temos um projeto muito bonito: “Justiça e Cidadania também se aprende na Escola”. Este ano, em parceria com a Secretaria de Educação, a Ordem dos Advogados e o Ministério Público, pretendemos levar noções básicas e fundamentais de cidadania e de justiça para 34 mil crianças do 1º e 2º graus. Temos a Justiça Comunitária, um projeto que praticamente nasceu no Distrito Federal, e que, em parceria com o Ministério da Justiça, estamos tentando estender para outras cidades satélites. A idéia é que os conflitos em determinada comunidade sejam solucionados, em princípio, por agentes comunitários, pessoas do povo que moram ali, instruídas por nós. Esse projeto é tão interessante que já foi exposto na Inglaterra, no México, no Afeganistão e no Paquistão, com o apoio da ONU. Os juízes modernos estão cientes de que precisam se aproximar do povo, sem demagogia, sem nos metermos em política. O Judiciário moderno está ciente de que ao

se aproximar do povo, começa a compreender os problemas do povo.

Jornal do Sindjus – Exatamente por esse motivo, o sindicato defende o fortalecimento das primeiras instâncias porque esse contato do magistrado com as partes é fundamental para que o julgamento seja próximo ao que deseja a sociedade.

José Jeronimo – Exatamente. Aí, outro instrumento formidável são os juizados especiais, que foram implantados principalmente devido à luta, insistência e determinação do Judiciário brasileiro, que sensibilizou o Executivo e o Legislativo. Nós é que estivemos à frente disso. O fato é que o Judiciário está avançando. Mais não avança porque faltam-lhe recursos. Aí vem o diagnóstico e diz: “Puxa, mas a Justiça brasileira gasta muito, é ineficiente, o juiz brasileiro só ganha menos do que o juiz do Canadá”. Isso não é verdade. Eu posso lhes assegurar, baseado no que constatei nas inúmeras viagens internacionais que fiz, que isso não é verdade.

Jornal do Sindjus – A metodologia que o senhor citou, de comparação dos salários dos juízes por país, é do Banco Mundial. Que interesses haveriam por trás desse diagnóstico?

José Jeronimo – Esse estudo, como disse o ministro Nelson Jobim, deveria ter sido feito pelo Judiciário, porque nós é que temos esses dados. Nós é que sabemos onde o sapato aperta o calo. Mas isso não foi feito, nós não fomos ouvidos. O ministro Jobim disse que vai fazer esse diagnóstico. Já está fazendo reuniões com os presidentes dos tribunais da União, e no dia 13 de setembro se reunirá com todos os presidentes dos tribunais de



A idéia da Justiça Comunitária é que os conflitos em determinada comunidade sejam solucionados, em princípio, por agentes comunitários, pessoas do povo que moram ali, instruídas por nós.

Justiça dos Estados e do Distrito Federal. O diagnóstico do Judiciário será feito por quem sabe o que está acontecendo. Evidentemente que, para fazermos isso, vamos solicitar a ajuda de entidades especializadas. Mas nós temos condições de fazer e devemos fazer. O diagnóstico do Ministério da Justiça foi feito à nossa revelia, ignorando a nossa realidade. Foi feito por uma instituição estrangeira, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, por encomenda do Ministério da Justiça. Então, deu no que deu. ■

Justiça para quem?

Cristina Lima

Virou clichê dizer que, no Brasil, só os pretos e os pobres é que vão para a cadeia. É essa a realidade do sistema penitenciário, superlotado em todas as unidades da Federação. Por trás de cada crime cometido, há histórias de vida manchadas pelas desigualdades sociais às quais o cidadão foi submetido pela falta de cumprimento das obrigações do Estado. Quando um ladrão de galinhas pobre e desempregado é preso, a Justiça julga o crime de furto, sem ter como resolver o problema social que está vinculado a ele. O Ministério Público, autor da ação penal, também não oferece tal solução. Nesse, e em outros casos, cabe ao Estado tentar mudar o criminoso. Mas o que se vê, e está constatado em pesquisas, é que as cadeias são fábricas de marginais, e não lugares onde o preso possa se transformar.

Isso vale para Brasília e para o resto do País. Documentário da cineasta brasileira Maria Au-

gusta Ramos, "Justiça" retratou a realidade com que vivem os presos e os familiares deles, revelando a falência do Estado, que deveria resguardar a integridade física e moral do detento. O filme foi feito com base na realidade do Rio de Janeiro, e é vencedor do Grand Prix do Festival Internacional de Cinema Visions du Réel de Nyon, na Suíça. Exibido no início de julho no auditório do Superior Tribunal de Justiça, o documentário chocou até mesmo ministros que estão acostumados a julgar criminosos de acordo com o que diz a lei, rigorosamente.

Ainda em setembro, o SINDJUS fará uma apresentação especial do filme para os seus filiados. Os espectadores que já o assistiram, viram depoimentos de alguns acusados nas salas de um tribunal e de celas de um presídio no Rio. Fica claro que no Poder Judiciário não se resolvem os conflitos advindos das desigualdades econômicas e sociais. As leis parecem conceder maiores benefícios às classes dominantes, enquanto os excluídos (como os ladrões de galinha) são submetidos a um jogo de poder desi-

gual, tornando-se esquecidos do sistema prisional. No Brasil, de cada dez pessoas que cumprem pena em regime fechado, seis ou sete voltam a cometer crimes quando saem da cadeia.

No DF, pesquisa da Vara de Execuções Criminais apontou que 90% da massa carcerária é formada por homens e que 60% deles têm entre 20 e 35 anos. A faixa de renda média é baixa. Cerca de 70% admitem ganhar até três salários mínimos.

No Distrito Federal, também é desigual o tratamento dado ao preso rico e ao pobre. Os mais abastados conseguem contratar bons e influentes advogados. Os pobres precisam contar com a benevolência de defensores públicos, que estão cada vez mais sobrecarregados de processos. Em comparação com a realidade de outras unidades da Federação, a Defensoria Pública do DF é elogiada, mas carece de recursos para contratar defensores capazes de atender a demanda. A verba é repassada pelo Governo do DF e pela União. Há reclamações e críticas de que a polícia está mais preocupada com os pe-

quenos criminosos do que com os mandantes e "cabeças" do crime. A população de baixa renda não conhece os direitos que tem.

A diferença é que no Tribunal de Justiça do DF a celeridade nos julgamentos é considerada a segunda melhor do País, só perdendo para o da Paraíba, com bem menos ações. No ano passado, de cada 100 das ações que deram entrada no tribunal, 89 foram julgadas. O índice é considerado alto. Em todo o DF, são 300 magistrados para uma população de 2 milhões e 200 mil habitantes.

O presidente do Tribunal de Justiça do DF, desembargador José Jeronymo Bezerra de Souza, aponta que um dos motivos da agilidade nos julgamentos é a informatização. Todos os funcionários do Tribunal dispõem de um computador atualizado. Outro ponto favorável é o sistema de teleconferência. O juiz da Vara de Execuções Criminais faz as audiências sem precisar estar com o detento na frente dele, evitando as escoltas e os deslocamentos.

O desembargador diz que

PRESOS POR REGIME DE CONDENAÇÃO

DISTRITO FEDERAL

Situação Processual	Sistema	Polícia	Total
Provisório	1.006	47	1.053
Fechado	3.558	0	3.558
Semi-Aberto	1.890	0	1.890
Medida de Segurança	65	0	65
	0	0	0
Total de Presos	6.519	47	6.566

PRESOS POR REGIME DE CONDENAÇÃO

RIO DE JANEIRO

Situação Processual	Sistema	Polícia	Total
Provisório	2.795	0	2.795
Fechado	11.361	0	11.361
Semi-Aberto	1.954	0	1.954
Medida de Segurança	340	0	340
Aberto	177	0	177
Total de Presos	16.627	0	16.627

uma preocupação do TJDF é levar a Justiça para perto do povo. "A nossa meta é colocar um fórum em cada região administrativa. O fórum eleva o grau de cidadania daquela população, que deixa de se sentir marginalizada", afirmou. Em todo o DF, são nove fóruns para atender 22 cidades. Para conseguir ampliar o atendimento, Jeronymo diz que o TJDF encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei para uma nova organização judiciária no DF, com mais varas, juízes e servidores. A intenção é começar colocá-lo em prática até o final de 2005, caso a proposição seja aprovada ainda este ano.

Enquanto não amplia a atuação, o TJDF tenta aproximar-se mais da comunidade por meio de projetos como o "Justiça e Cidadania também se aprende na escola", que pretende levar noções básicas de cidadania a 34 mil crianças de 1º e 2º graus. A "Justiça Comunitária" é outro projeto que está sendo desenvolvido nas cidades do DF. O objetivo é que agentes comunitários, depois de receber treinamento adequado, consigam resolver os conflitos da comunidade para evitar que cheguem ao Tribunal. São casos simples, como o do cachorro que late a noite inteira, incomodando os vizinhos.

No DF, 6.823 homens e mu-

lheres cumprem penas confinadas em celas que estão longe de oferecer as mínimas condições de sobrevivência. No RJ, são 16.200 no total. O desembargador Jeronymo é taxativo quando aponta a responsabilidade pelo preso. No documentário "Justiça", a cineasta Maria Augusta mostra que alguns presos no Rio de Janeiro preferem deixar de recorrer de uma sentença para evitar permanecer numa cela superlotada de algum presídio. Depois da condenação, o réu deve ser levado para o sistema prisional e não fica mais em cadeias nas delegacias.

"Quem administra o sistema penitenciário não é o Judiciário, é o Poder

Recuperação - O Executivo deveria ter investido na construção de presídios e de prisões decentes, onde o preso tivesse a sua custódia de maneira correta, humana e não desumana, e que tivesse uma chance de se recuperar", comentou o presidente do TJDF. Ele destaca que um dia, quando terminar a pena, esse preso volta a conviver na comunidade, e é de interesse social que ele esteja recuperado, "que volte um pouco melhor do que quando entrou na prisão."

A sociedade é rígida na convivência com o ex-presos,

que carrega a pecha de ter sido encarcerado. Além disso, existe a obsessão para que o criminoso seja condenado e termine seus dias atrás das grades. Por isso a população pressiona o Ministério Público para pedir a condenação mais alta. É a figura do "promotor de acusação" que tem prevalecido, como mostrou o documentário da cineasta brasileira. As penas alternativas, que já provaram ser mais eficientes que os regimes convencionais, nem sempre são vistas com bons olhos.

O procurador geral do Ministério Público do DF, Rogério Schietti, explica que os promotores se dividem em relação à obstinação de se condenar o réu. "Os promotores do DF, na maioria, são mais flexíveis do que os de outras unidades da Federação", afirmou. Segundo Schietti, alguns até recorrem a favor dos réus, quando percebem que não há fundamento para a ação penal. "Alguns processos chegam até o STJ sem necessidade, como foi o caso de um homem que foi preso por ter furtado 15 centavos", comentou. O procurador lembra de ter atuado em um caso que um homem furtou de um supermercado quatro litros de leite. O acusado ficou preso até que o juiz mandasse soltar.

A saída para corrigir distorções como essa é garantir uma Defensoria Pública mais forte, segundo Rogério Schietti. O procurador lembra que a Justiça já tenta agilizar os processos mais simples com os juizados especiais. Os autores de crimes como agressões e desacatos recebem a pena rapidamente, evitando o desgaste de longos processos. A maioria das penas é revertida em em prestação de serviço à comunidade ou pagamento de cestas básicas.

Schietti diz que o Ministério Público está ciente da responsabilidade social que tem como instituição. "O MP não atua só na área criminal. Fizemos o Estatuto do Idoso, criamos as promotorias de Defesa da Mulher, dos Cidadãos, da Criança, e do Deficiente Físico", apontou. A idéia é evitar as ações penais. Em muitos casos, o promotor atua como uma espécie de conciliador entre as partes, propondo soluções e criando responsabilidades. Segundo Schietti, não existe modelo como o do MPDF em outra parte do mundo, quando o promotor é apenas criminal. "Somos os fiscais da Constituição Federal e não só das leis. Se temos que atuar nessas outras áreas, é porque ninguém faz", ressaltou, referindo-se ao Estado e à sociedade organizada. ■

Uni-du-ni-tê, eu quero ouvir... você!

O Sindjus quer que você escolha, mais uma vez, qual artista ou banda convidaremos para animar a grande festa de fim de ano

Marina Medleg Simon

Está chegando a tão esperada festa de fim de ano que o Sindjus promove com exclusividade para seus filiados. Será a quarta edição de um super evento que já virou tradição em Brasília. O sucesso das edições anteriores foi garantido pela presença massiva dos servidores do Judiciário e MPU, embalados por feras da MPB como Alceu Valença (2001), Gilberto Gil (2002) e a dupla Zeca Baleiro e Raimundo Fagner (2003).

De acordo com um levanta-

mento realizado pelo Sindjus em 2002, 90% dos filiados compareceram ao show daquele ano para curtir o som de um dos criadores do tropicalismo. Em 2003, cerca de 15 mil pessoas foram conferir a mistura de gerações e estilos nas vozes do maranhense Zeca Baleiro e do cearense Fagner.

Desta vez, a expectativa é de reunir mais de 18 mil pessoas. Para isso, haverá um grande esquema de segurança e de estacionamento, além de uma ampla estrutura de bares, onde os comes e bebes serão vendidos por preços módicos. O show será realizado, como de costume, no Pa-

vilhão de Exposições do Parque da Cidade, no dia 11 de dezembro, às 22h. Cada associado terá direito a dois ingressos gratuitos, a serem distribuídos nos locais de trabalho.

Será mais uma oportunidade para o Sindjus celebrar com seus associados um ano particularmente fértil de lutas e, sobretudo, de conquistas. Além disso, o sindicato faz questão de atender aos pedidos dos servidores por eventos de grande porte, como esses que foram realizados. Uma outra reivindicação da categoria, segundo pesquisa encomendada pelo Sindjus em 2002 é justamente assistir a shows de

artistas nacionalmente conhecidos nas festas de fim de ano.

Repetindo o êxito do ano passado, o Sindjus está realizando uma enquete (disponível na página www.sindjusdf.org.br, desde o dia 1º de setembro, para saber qual show, você, servidor filiado ao Sindjus, deseja assistir. Você poderá escolher entre: Cidade Negra, Rita Lee, a nova parceria entre Ney Matogrosso e o grupo Pedro Luís e A Parede, Skank ou Zeca Pagodinho. Faça já a sua escolha! Mas antes disso, leia os resumos aqui para ter uma idéia de como deverá ser o show de cada artista ou banda.

Rita Lee

O sucesso do último CD, *Balacobaco*, se repete igualmente na turnê homônima que Rita vem realizando pelo Brasil, Portugal, Peru e Paraguai. No show, a ex-integrante dos *Mutantes* apresenta as novas músicas de seu 31º CD, lançado no final do ano passado, e sucessos de 37 anos de carreira, dos quais 27 em parceria com seu marido, o músico e compositor Roberto de Carvalho (presença garantida ao lado de Rita Lee no palco). Numa romântica declaração de amor, a roqueira afirmou que esse álbum é dedicado ao marido. Famosa por frases provocantes, afirmou em sua página eletrônica: "Os críticos ladram e meus cachorros cantam. Diga ao povo que nunca fui tão feliz na vida. Este disco é dedicado ao amor que sinto por Roberto". Tantas boas vibrações fizeram *Balacobaco* gerar hits que estouraram nas rádios como *Amor e Sexo*, *As Meninas de Sampa* e *Balacobaco*. Para os saudosistas, a cantora de cabelos vermelhos também irá cantar canções mais antigas como *Esse tal de Roquenrou*, *Orra meu* e *Ando Jururu*.



Cidade Negra

A fim de curtir um show em primeira mão? O lançamento oficial do show de *Perto de Deus*, último CD da banda, está previsto para o começo de dezembro, quando ocorrerá a nossa festa de fim de ano. O grupo está de volta com um novo trabalho recém saído do forno, ou melhor, do calor da Jamaica. O décimo CD da banda foi totalmente feito na terra de Bob Marley. Além de trazer músicas inéditas, o novo álbum presta uma homenagem ao rei do reggae, apresentando um de seus maiores sucessos, *Concrete Jungle*, em versão em português (*Selva de Pedra*). E é na onda do reggae de raiz que *Perto de Deus* tem semelhanças com a primeiríssima fase da banda, seguindo um formato mais clássico do gênero jamaicano. Essa mudança já vinha sendo assinalada no disco *Acústico MTV*, produzido em 2002 e que rendeu milhares de cópias vendidas e 320 shows pelo Brasil. Cidade Negra retoma, enfim, suas origens bem marcadas no ritmo e nas batidas jamaicanas, com alguns toques de espiritualidade.



Skank

O sétimo e último CD, *Cosmotron* (2003), rendeu à banda mineira um Disco de Ouro para celebrar as mais de 100 mil cópias vendidas. O prêmio foi entregue em dezembro de 2003, quando *hits* como *Vou Deixar* e *Dois Rios* já faziam o maior sucesso. Em setembro de 2003, *Cosmotron* também se torna um show, batizando o início da turnê pelo Brasil. Os dez anos de experiência musical, aliados ao super arrojado cenário do show, rendeu à banda o troféu de Melhor Show na 11ª edição do já consagrado Prêmio Multishow de Música Brasileira. No palco, a banda comandada pelo vocalista e guitarrista Samuel Rosa, também promete tocar um repertório afinado que inclui *Balada do amor inabalável*, *Três lados*, *Canção noturna*, *Rebelião*, *É uma partida de futebol* e o clássico *Jackie Tequila*.



Ney Matogrosso e Pedro Luís e A Parede

A parceria entre Ney Matogrosso e a banda carioca Pedro Luís e A Parede (Plap) gerou *Vagabundo*. O CD, lançado no começo de 2004, também dá nome ao show que os cantores vêm realizando desde abril desse ano. "Sessentão" mas impecavelmente em forma, Ney Matogrosso dispensa apresentações. Já Pedro Luís, 43 anos, e sua A Parede são menos conhecidos do grande público, apesar de compartilharem com o ex-líder dos *Secos & Molhados* talento igualmente ímpar. Gravadoras grandes como a Universal e a Som Livre (da Globo) bancaram a aposta. Coube a elas divulgar e distribuir o disco, que teve uma de suas músicas, *A Ordem É Samba*, incorporada à trilha da novela global *Celebridade*. Em suma, o que o público poderá ouvir da voz aveludada de Ney e da batucada energética de Plap são composições refinadas de Itamar Assunção, Alzira Espíndola, André Albuquerque e Martinho da Vila, entre outros. A exemplo do que aconteceu com Zeca Baleiro e Fagner, barreiras de estilo e geração foram transpostas para dar lugar ao mais perfeito sincretismo da música brasileira.



Zeca Pagodinho

Quando Zeca Pagodinho decidiu gravar um CD em parceria com a MTV, uma emissora pop e de público jovem, ele sabia que seria um projeto ousado. Mas a empreitada revelou-se um enorme sucesso. *Acústico MTV – Zeca Pagodinho*, lançado no final de 2003, já ultrapassou os 500 mil CDs e 120 mil DVDs vendidos. O álbum mistura as canções inéditas *Penetra*, *Lá Vai Marola*, *Comunidade Carente* e *Pago Pra Ver* à já consagradas *Jura*, *Quando eu contar*, *Deixa a vida me levar* e *Caviar*. O músico também apresenta no CD os sucessos *Vai Vadiar* e *Coração em Desalinho*, com a participação mais que especial da Velha Guarda da Portela. Todas as músicas devidamente registradas no formato acústico. Nos seus 18 anos de carreira e ao longo de 15 discos gravados, o sambista desfruta hoje o rótulo privilegiado de unanimidade nacional.



O sentido da festa

Se a gente for procurar o valor maior da nossa organização, a gente vai encontrar a atitude que mais nos legitima: a solidariedade.

Está na própria raiz de ser um sindicato participativo as tarefas conciliadoras do coletivo organizado e o individual valorizado como pessoa. Mantemos o compromisso de congregar questões técnicas e relevantes no espaço coletivo de afirmação e identidade política, sem descuidar do nosso valor como presença humana na liberdade de expressão, da arte, da cultura e, principalmente, da convivência.

Está na origem da palavra companheiro o "compartilhar o mesmo pão". Temos a vocação para a troca, a celebração da vida e a busca do melhor para todos em exaltação permanente do bem comum. Por isso buscamos uma festa de final de ano que simbolize nossa história de solidário convívio.

Queremos uma festa onde todos se sintam únicos e exclusivos naquilo que mais definiu nosso caminho durante o ano: o estar juntos para comemorar a vitória do agir coletivo. Reconhecer em cada aliança algo além da eventual consciência corporativa ou pertinente das lutas de uma categoria. Queremos nos reconhecer, ao vivo, no contato humano de uma festa, a confirmação de que o nosso poder se alimenta do envolvimento de cada um em realizações para todos.

A festa, a música, a dança, o que vamos beber e comer, a conversa, o riso, o toque do olho no olho são os nossos momentos de celebração coletiva para dizer o quanto cada um é importante em uma construção solidária. Em uma festa todos são premiados. Não há preço para os laços eternos de um companheirismo fundado na amizade e na identificação de uma luta comum.

O sentido da festa está na raiz sindical permanente para encontrar forças renovadas no combate de todo dia. Nem sempre vencemos todas, mas sabemos o quanto crescemos ao não perder nossos laços. Celebrar encontros é um ato maior dos que lutam. É isso o que nos distingue e nos torna diferentes, com capacidade de mudar realidades, por dentro e por fora.

A festa celebra a arte do encontro. Nossa vida nos pertence e fica maior quando é compartilhada.

Chávez ganha de novo e fortalece a “revolução bolivariana”



Renato Rovai

O Centro Carter e a Organização dos Estados Americanos (OEA), representada pelo seu secretário geral, o ex-presidente da Colômbia César Gaviria, sabidamente um antichavista, defenderam que as dúvidas fossem esclarecidas. A Comissão Nacional Eleitoral da Venezuela (CNE) aceitou. Em todo o país, uma amostra foi sorteada, num total de 160 mil votos. Recontados, houve discrepância de 0,02% no resultado eletrônico — nada, comparado aos 1,75 milhão de votos de diferença entre as opções. Os que votaram pela continuidade de Hugo Chávez na presidência da Venezuela somaram 5,62 milhões, contra 3,87 milhões dos que desejavam sua saída. Em porcentagem relativa, 59,3% a 40,7%.

A eleição de 15 de agosto naquele país foi uma das mais fiscalizadas, zeladas e participativas da história recente das Américas e muito provavelmente do mundo. Votaram 68% dos eleitores registrados, sendo o voto facultativo. Nos EUA também é assim, mas na questionada disputa em que George Bush ganhou de Al Gore — uma das que mais atraíram os norte-americanos às urnas nos últimos tempos — houve 48% de abstenção.

Os mecanismos que garantiram a transparência e impediram as fraudes no processo que referendou o mandato de Hugo Chávez vão além. Para votar, cada venezuelano passava primeiro por uma máquina eletrônica de identificação pela impressão digital. Após o registro, que evitava o voto com identidade falsa, a pessoa ia até a urna eletrônica para escolher sim ou não. O sim significava que o eleitor queria

que o mandato do presidente fosse interrompido. O não garantia o mandato de Chávez. Para confirmar o que havia sido digitado, o aparelho imprimia um comprovante do voto. Após verificar se ele estava correto, o eleitor o depositava numa urna tradicional. Por conta de todos esses mecanismos de segurança, a votação foi lenta. Boa parte dos votantes ficou de 10 a 15 horas nas filas.

O enigma Chávez - Ainda há grande desconfiança em relação a Chávez. Ela se deve muito ao fato de ele ter tentado, em 1992, tentado derrubar o governo de Carlos Andrés Pérez por meio de um golpe militar. Mas essa desconfiança não justifica entendê-lo como outro populista latino de coturnos. Chávez já é o maior fenômeno político da história moderna do seu país.

Isso se deve ao fato de ele ter entendido que na Venezuela

havia um racha social profundo, e que os setores populares não se sentiam representados e nem tinham protagonismo político. Chávez começou a canalizar essa insatisfação ainda naquele episódio do golpe em 1992. Após a derrota, numa entrevista de três minutos, disse que tinha tentado derrubar uma casta política que não respeitava o povo e que assumia suas responsabilidades, mas que pedia àqueles que estavam com ele naquela luta que recusassem... “*por ahora*”. Esse *por ahora* se tornou simbólico e desde aquele momento os setores populares começaram a se organizar, contando que haveria uma nova disputa no futuro.

Chávez conseguiu a liberdade e disputou a eleição de 1998, ganhando-a. Desde aquela vitória até a do domingo 15 de agosto, foram oito disputas eleitorais, todas com Chávez vencedor. Entre elas, uma para aprovar a

Constituição da República Bolivariana da Venezuela e outra para a presidência da República, já que a Constituição previa novas eleições. É nessa nova Constituição que está prevista a possibilidade de revogação dos mandatos de prefeitos, governadores, deputados e presidente por meio de plebiscitos. De maneira direta, a população que elege também revoga os mandatos que concedeu.

Para isso é necessário que 20% dos eleitores registrados assinem a solicitação, e que na eleição os que querem afastar o político em questão consigam ter maioria ou superar a votação que ele teve quando se elegeu (o percentual mais elevado). Pouco se fala disso, mas os chavistas também solicitaram um plebiscito para julgar o mandato de oito deputados, que ocorrerá no próximo mês. Tudo indica que serão derrotados e que Chávez ampliará sua base parlamentar.

Chávez ganhou a eleição nas

classes populares. Sua votação, na grande maioria das cidades mais pobres e rurais e nos bairros populares das metrópoles, foi acima de 70%. Isso não se deve apenas ao seu carisma nem a programas sociais de última hora, como afirmaram alguns especialistas em política internacional. A organização dos setores populares tem sido decisivo nessas vitórias de Chávez.

No domingo do plebiscito, havia um chamamento para que os chavistas acordassem às 3h da manhã. Estávamos de pé neste horário e no maior bairro popular de Caracas, o 23 de Janeiro. A idéia era acompanhar toda a movimentação eleitoral. Antes de 4h, centenas de pessoas estavam nas ruas fazendo filas nos colégios eleitorais, organizando os motoristas de peruas e microônibus e os motoboys, que se apresentavam para ajudar a buscar eleitores nos altos dos *cerros* (morros). Também já se organizavam dezenas de senhoras que fi-

caram responsáveis pela produção e distribuição de lanches e refeições para os fiscais eleitorais. Equipamentos de som convocaram a população com músicas e discursos. Tudo antes do dia amanhecer.

A revolução – “Revolução é mudar a perspectiva de vida das pessoas. Que elas possam estudar, planejar sua família, trabalhar, ir a um médico... e possam exigir que as instituições cumpram seu papel, que façam o que devem”, respondeu Janette Dias, quando indagada sobre o que era a revolução bolivariana.

Janette Dias é diretora do Centro da Paróquia San Juan, que congrega 42 bairros e tem 110 mil habitantes. Como a maior parte das zonas populares de Caracas, fica no Oeste. E como tantas outras regiões carentes do país, a Paróquia San Juan tem sentido de forma mais forte os efeitos da inversão de prioridades do governo que, nos últimos dois anos, passou a direcionar uma grande parcela dos seus re-

A eleição de 15 de agosto naquele país foi uma das mais fiscalizadas, zeladas e participativas da história recente das Américas e muito provavelmente do mundo. Votaram 68% dos eleitores registrados, sendo o voto facultativo.

ursos para programas sociais, que transformam a perspectiva de vida de milhões de cidadãos.

Entre esses programas, destacam-se a Missão Robinson, programa de alfabetização que já atingiu 1 milhão de pessoas; a Missão Sucre, que visa garantir o acesso a universidade para setores de baixa renda, e que resultou na criação de diversas unidades da Universidade Bolivariana; a Missão Bairro Adentro, que garante o primeiro atendimento médico às populações carentes, envolvendo 13 mil médicos cubanos que vivem no país e moram nas comunidades onde atuam.

“Mas a missão mais popular que temos é a Mercal”, garante Elio Hernandez, cientista social que atua na assessoria da presidência da Câmara. É um programa simples, mas que quebra a lógica do atravessador para a venda de produtos da cesta básica.

Todos essas ações têm bastante resistência da oposição venezuelana. Há todo tipo de crítica, mas os setores que constro-



em uma reflexão um pouco mais elaborada, reclamam do fato de Chávez estar atrelando os programas à máquina partidária. Alguns salientam que isso só tem sido possível porque nesse momento o preço do barril de petróleo está alto, mas que em médio prazo essa proteção social será insustentável. Na verdade, porém, existe um grande preconceito ideológico. E nesse quesito o que mais incomoda é o fato de alguns programas estarem sendo realizados por profissionais cubanos.

“A verdade é que aqui na Venezuela não temos médicos e nem dentistas em quantidade que tenham interesse em trabalhar nos bairros mais pobres. Nossas universidades formaram profissionais para atuar com a classe média. Para cobrar muito

caro pela consulta. Não para trabalhar em hospitais públicos. Essa é nossa vergonha”, desabafa Elio Mejías, enquanto nos apresenta diversas unidades do Bairro Adentro espalhadas pelo Oeste de Caracas.

Um pouco de história - Tratar Chávez como um “cucaracha abilolado” talvez tenha sido o grande equívoco da mídia venezuelana e também internacional. No Brasil, quando aconteceu o golpe de 11 de abril de 2002, a revista *Veja* comemorou o evento na edição daquela semana com uma manchete de capa que não deixava dúvidas: “A queda do presidente fanfarrão”.

A TV Globo, no dia 12 de abril, foi ainda mais celebrativa. Dedicou praticamente toda a edição do Jornal Nacional à análise do episódio e à desqualifica-

ção da esquerda no continente, incluindo o então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva.

O ápice foi o comentário de Arnaldo Jabor, que, segurando uma banana, se deleitou com a queda de Chávez e a nomeação de um “civil” para a presidência, o golpista Pedro Carmo, como a “desbananização” da América Latina.

A vitória de Hugo Chávez com ampla margem de votos no referendo do dia 15 de agosto deveria ser estudada de forma muito criteriosa por quem se interessa e defende de fato o processo democrático. A maioria do povo venezuelano quer mudanças. Chávez tem tentado realizá-las. Mas a lógica da democracia que vale tem feito de tudo para impedir que a maioria possa prevalecer. ■



O plebiscito de 15 de agosto mostrou uma profunda divisão de classes na Venezuela

O WTC ainda levanta poeira na lente de Michael Moore

TT Catalão

E staremos sempre na mira da tragédia do 11 de setembro em NY. Por muitos anos a onda de choque das duas torres repercutirá sobre os endividados do mundo, os banidos da festança banhada a petrodólares e consumo extremo, enquanto mais fragilizada ficou a tal “nova ordem social”; o trauma da fortaleza vencida diminuiu as liberdades individuais do cidadão; cresceu a famigerada polarização entre “mocinhos e bandidos” que matam em nome de “deuses”; tudo sob a perversa manipulação de mídia para ocultar farsas que levam ao crescimento bélico e guerras – como todas, estúpidas. Porém um olho crítico, parcial, talentoso, apaixonado, decidiu fazer do seu ofício um sinal de provocação e alerta que já lhe deu dois prêmios máximos no mundo: **Tiros em Columbine** levou o Oscar e o recente **Fahrenheit 9/11** venceu em Cannes. Michael Moore assume a ponta do documentário com rumos de ficção –

pelo absurdo – e, se há ressalvas ao seu “jornalismo engajado”, ele ironiza a mídia submissa (de governos, políticos empresários e patrocinadores) que “apenas faz as perguntas que vocês (jornalistas) não fazem”.

O boné “made in Canadá” esconde a cabeleira ruiva (sempre comprimida em pasta de suor exatamente pelo uso constante da peça), 1,87m, 115 quilos do cinquentão com um jeito matreiro de se fazer verde-bobo para colher maduro como poucos, aí está o cineasta - e quase padre depois de anos em um seminário jesuíta - Michael Moore.

Dos apertos econômicos familiares (filho e sobrinho de operários da General Motors de Flint, Michigan), Moore extraiu a dose necessária de indignação para o seu filme de estréia **Roger & Eu**, 1988, com US\$ 250 mil, depois comprado pela Warner por US\$ 3 milhões. O cineasta faturou cerca de US\$ 7 milhões de bilheteria e o filme volta e meia passa no canal 51 da GNT, Sky-Net. Moore cria constrangimentos e confrontos contra a decisão do diretor da empresa, Roger Smith, que desejava fechar a fábrica na região, tratando o tema pelo

prejuízo social em desvantagem com a frieza do lucro.

Do jornalismo engajado, Moore, aos 22 anos, editou o alternativo *The Flint Voice*, que publicava resultados do centro comunitário local. Foi editor da revista de esquerda *Mother Jones* e autor da *Moore's Weekly*, uma espécie de blog (quando isso ainda não existia) impresso, que criticava a mídia e era em parte financiada por Ralph Nader (guru verde e titânico defensor dos direitos do consumidor).

Excelente atirador, membro da famigerada Associação Nacional do Rifle, não racionou apertados sobre a pessoa do decano da bala, o ator Charlton Heston, no filme **Tiros em Columbine**. Moore tenta “personalizar” uma vítima de “acidente com armas de fogo” quando mostra a foto da menina morta por um colega da escola e Heston foge da imagem no melhor estilo da alienação dos carrascos: a narcose do poder e do emprego de sucesso nunca quer saber o preço deste status. O filme começa com a relação promíscua dos norte-americanos com armas, onde Moore mostra que basta abrir uma conta em um banco para ganhar um rifle de brinde.

Moore fez a comédia de ficção, **Operação Canadá**, com John Candy, mas voltou logo a polêmica política com o **TV Nation**. Em 1997, lança **The Big One**, uma ironia pesada sobre o império das grandes corporações e a hipocrisia da “criação de empregos” com subsídios públicos e esmagamento da individualidade do trabalhador (este filme estará na caixa de DVDs a ser lançada até o final do ano).

Sobre o seu caráter durão, largado, e o jeito displicente de lidar com o dinheiro, embora fique a cada filme mais rico, ele escreveu: “*Eu só fui ter o que se chama de sucesso quando tinha 35 anos com Roger & Eu. Antes disso, eu nunca ganhara mais do que US\$ 15 mil por ano. Quando você passa os primeiros 17 anos – em outras palavras, metade – da sua vida adulta ganhando US\$ 15 mil ou menos, realmente não importa que tipo de sucesso você tem depois disso. É algo que fica impregnado em você*”.

Tiros no tédio - Seu discurso para uma audiência de 1 bilhão de telespectadores, ao receber o Oscar por **Tiros em Columbine**, ecoou muito mais que mil bombas no Iraque: “*Gostamos de não-ficção e vivemos em um tempo de ficção. Um tempo em que resultados fictícios de*

uma eleição proclamam um presidente fictício. Vivemos em um tempo em que esse homem nos leva a uma guerra por razões fictícias, enquanto nos oferece a ficção do alerta laranja. Somos contra essa guerra, Sr. Bush. Tome vergonha". O filme é especialmente ácido com a idiotização geral da classe média que acuada pela política sistemática de criação de ameaças, insegurança e medo crê na defesa pelas armas e idolatra a violência mesmo que tente demonstrar oposição às matanças. Moore provoca autoridades e a permissividade que culmina no ato dos garotos que assassinaram 12 colegas e um professor em uma escola secundária de Littleton, Colorado.

Seus livros *Uma nação de idiotas* e *Cara, cadê o meu país?* atingiram a estratosfera de vendas e criaram garra para o recente *Fahrenheit 9/11* que liga a estratégia do medo, a partir da desgraça em NY e no Pentágono, e centra baterias pesadas sobre Bush. Quentin Tarantino chamou *Fahrenheit* de "o primeiro filme já feito para justificar um discurso".

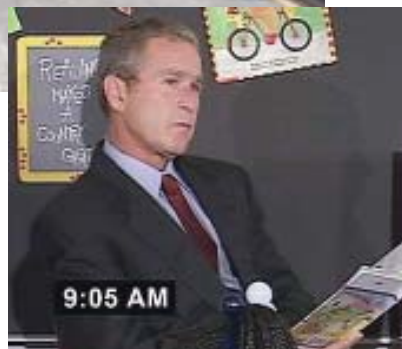
Como toda ação provoca reações, Moore está na mira e aguarda um livro a ser lançado em outubro cujo título é mais ou menos *MM é um grande e gordo branco estúpido*, e de um documentário, nada sutil, lançado no mês passado, *MM odeia a América*. Sem hipocrisia ou "subsídios velados" a imprensa norte-americana alimenta a tradição de adotar claramente candidatos. Moore foi explícito e lançou o filme em 25 de junho, exatamente para "influenciar na eleição e mandar Bush para casa". Bom exemplo para quem mascara opções e finge imparcialidade pelas vias da manipulação, que beira a farsa ou prima pela omissão (técnica do jornalismo político atual, digamos, "vendido", que não no-



ticia e finge não ver, ou quando dá, esvazia o tempo e o espaço sem análise ou contexto).

Moore toca na discutível votação da Flórida de 2000 e a decisão da Suprema Corte de declarar Bush presidente. Pisoteia até o escárnio o sumiço dos "temíveis arsenais químicos" do Iraque, a satanização do ex-aliado Saddam, as ligações íntimas com a parentada do saudita Osama e os lucros da "reconstrução da guerra", objetivos empresariais e estratégicos pelo petróleo.

Após sua exibição em Cannes, o filme foi aplaudido entre 15 e 25 minutos – considerada a maior ovação em toda a história do Festival. Foi o segundo documentário a ganhar o Festival, depois de *Le Monde du Silence* (1956). Uma prova de que o filme atingiu o alvo foi a brincadeira no programa de entrevistas do Letterman, que colocou na sua célebre lista das "10 principais razões" alguns dos motivos para a contrariedade de Bush: "o ator que representou o presidente não era nada convincente; o filme simplificou demais a maneira com que rou-



Bush: catatônico depois de receber a notícia dos atentados

bei a eleição; excesso de palavras difíceis; apenas 97% das acusações são verdadeiras".

O curioso é que o escritor Ray Bradbury, autor do livro *Fahrenheit 451*, inspirador do nome do filme de Moore, reclamou do uso sem o seu consentimento. O livro de Bradbury, de 1953, também virou filme cultuado nos anos 60, com direção de François Truffaut, por ser um libelo contra a censura, que cita a temperatura com que os livros ardem para demonstrar o controle do Estado na estratégia do terror totalitário contra a ousadia da inteligência e do pensamento veiculados pela palavra escrita. No século 24, o corpo de bombeiros não apaga mais incêndios – as casas são à prova de fogo -, queima livros. Um bombeiro é

questionado por uma guerrilheira que tem um grupo na montanha onde memorizam as obras para jamais perdê-las, ela pergunta: "Você lê os livros que queima?". O bombeiro esconde um no casaco, *David Copperfield*, de Charles Dickens. Ele o lê, não pára mais, vira um rebelde e se junta ao grupo.

Guerra de araque – Sobre a tragédia do Iraque (primeiro com o bloqueio brutal responsável por vítimas jamais computadas e agora com a guerra), Moore não poupa a passividade dos jornalistas ao se submeterem aos grandes empresários da "notícia como negócio" ou "espetáculo" (circo, como classifica o jornalista Alberto Dines): "Foi um momento de grande embaraço para a nossa mídia, que atuou apenas como animadora de torcida. Isso é absolutamente chocante em um país onde você tem o direito de fazer qualquer pergunta, de criticar abertamente qualquer pessoa. Ninguém pode

ser preso neste país por fazer perguntas. Alguém que tenta fazer as perguntas na hora certa, cobra provas, tem certeza de que é cidadão". Assim ele faz a sua profissão de fé ao revelar suas razões de documentarista: "Quer tirar as pessoas do sofá. Cansamos de dizer que os EUA são um país dividido ao meio entre democratas e republicanos. Mas há outros 50% que nem sequer votam".

Continua Moore: "A maioria neste país não tem câmera, microfones ou acesso à Casa Branca. Os jornalistas que têm esses meios não fizeram as perguntas que deveriam ter sido feitas antes da guerra. Ao contrário, pregaram pequenas bandeiras em estúdios de TV, se enrolaram na bandeira americana e deram car-

ta-branca. Centenas de nossos jovens morrem no Iraque como resultado do fato de a mídia americana não ter feito o seu trabalho".

Para os que acusam Moore de irresponsável em busca do estrelato a qualquer custo, depõe a seu favor o fato de não usar no filme uma entrevista com Nicholas Berg, depois seqüestrado e morto no Iraque, em respeito à família de Berg. Muito jornalista não perderia a chance desse, digamos, "material promocional" de impacto. Moore tinha, e não usou, também fotos apavorantes dos suicidas caindo do WTC, corpos mutilados do 11 de setembro e imagens aterradoras das barbáries realizadas por soldados norte-americanos em tortura (muito antes das fotos de Abu Ghraib), termo repugnado pelas autoridades com o eufemismo: "investigação de pressão máxima". Um requinte de hipocrisia.

Moore só não dispensa os depoimentos de soldados que confirmam a alienação da "missão" quando confessam que colocam um "som maneiro no CD-player do tanque" e atiram "em tudo o que se move". Alvo inteligente? Quanto mais civis atingidos tanto mais alimento para ódio e guerrilha interna.

Contradições em xeque – Um frio na espinha de *Fahrenheit 9/11* ocorre quando o chefe da assessoria de Bush, Andrew Card, cochicha em seu ouvido: "A América está sob ataque". Card, na época, disse que o presidente saiu da sala de aula "poucos segundos depois". Moore mostra um Bush perplexo, em choque, que permanece na sala de aula por terríveis sete minutos de impotência folheando o livro, *My Pet Goat*, para alunos de uma escola de primeiro grau da Flórida. Depois da cena a versão oficial foi refeita: "O presidente sentiu que deveria transmitir força e calma até entender melhor o que

estava acontecendo".

O filme é criticado pela acusação de que nos dias após o 11 de Setembro, com espaço aéreo interditado, a Casa Branca aprovou vôos especiais retirando do país sauditas da família Osama sem interrogá-los. No entanto, relatório recente confirma que seis aviões fretados levaram 142 pessoas somente a partir de 14 de setembro, já com o espaço aéreo liberado. O relatório confirma que 22 das 26 pessoas no vôo com familiares de Bin Laden foram entrevistadas sem indicações de ligações terroristas.

Para retrucar críticos que classificam seu filme como um "amontoado de mentiras", Moore criou o que chama "sala de guerra" para respostas supervisionadas pelos ex-assessores de Clinton na Casa Branca, Chris Lehane e Mark Fabiani. Incluiu na equipe de 12 pessoas e três equipes de advogados, o ex-chefe de checagem da revista New Yorker para esmiuçar as possíveis imprecisões no filme.

Moore reconhece a discordância em relação a sua análise dos fatos, mas diz que apenas exerce o direito de opinião. "Não há um único erro factual no meu filme. Estou pensando em oferecer recompensa de US\$ 10 mil a qualquer pessoa que consiga achar um único fato que esteja errado", desafia.

É a velha questão do panfleto. As feridas aguçadas por Moore irão persuadir alguém que já não esteja convencido? Se um lado fica extremamente identificado, o outro reage em repulsa imediata. Moore joga no meio da tal maioria silenciosa que pode pender para um ou outro lado. E isto ele vem conseguindo pelos recordes de públicos em regiões consideradas redutos inexpugnáveis de Bush. Moore fica na fronteira da realidade-ficção com uma mescla de jornalismo investigativo, dramatização da hipo-

crisia, farsa burlesca da morte, delírio de poder, comentários partidários e teorias da conspiração. E muito talento para contar uma história.

Fora do sofá - Vale mais um pouco da profissão de fé do cineasta em um mundo em que "ser neutro", geralmente é esportes e covardia com a omissão na pauta do silêncio estratégico cúmplice da injustiça. "Faço filmes para que mais gente se sintam um pouco mais encorajada a fazer com que suas vozes sejam ouvidas em qualquer oportunidade que lhes seja concedida. Mas isso não é o que a mídia quer que vocês acreditem. Por que isso? Porque não há nada mais importante agora do que manter quietas as vozes divergentes, as que ousam perguntar".

Moore é adepto da "política sou eu" para dar ao indivíduo o poder decisório de pressão quando pensa, organiza e reivindica. Comenta a pressão da grande mídia (que tem listas de indesejáveis e demitem jornalistas independentes) para "gelar" ou tirar do ar celebridades incômodas: "Tentam tirar da praça alguns artistas com um pacote de mentiras para que o José e a Maria normais captem a mensagem de modo alto e claro: 'Uau, se eles podem fazer isso com as Dixie Chicks ou com o Michael Moore, o que fariam com euzinho aqui?' Em outras palavras, cale a maldita boca".

Como exercício sagrado da liberdade, Moore destaca o papel da opinião (material ralo na imprensa brasileira de entretenimento e à revelia do declaratório e dos releases). "As opiniões no filme são minhas, e qualquer pessoa por certo tem o direito de discordar delas. As questões que coloco, com base nesses fatos irrefutáveis, também são minhas. Tenho direito de colocá-las. E continuarei cobrando essas coi-

sas até que sejam esclarecidas".

No livro *Cara, cadê o meu país?*, lançado no Brasil pela W/11 Editores, traz mensagem especial aos brasileiros onde ele escreve: "A coisa mais assustadora a nosso respeito é que não sabemos nada a respeito de vocês".

Quem sabe alguém se indigna, por aqui, no mesmo grau de consciência crítica e cidadã, sem medo do Estado e do poder econômico e assim também faça as perguntas certas. Mesmo que constanja, incomode ou viva sob o risco da insegurança de ser livre. Quem sabe? ■

Moore toca na discutível votação da Flórida de 2000 e a decisão da Suprema Corte de declarar Bush presidente. Pisoteia até o escárnio o sumiço dos "temíveis arsenais químicos" do Iraque, a satanização do ex-aliado Saddam, as ligações íntimas com a parentada saudita Osama e os lucros da "reconstrução da guerra", objetivos empresariais e estratégicos pelo petróleo.

ANÚNCIO